

João Pessoa - Número Cinco - Março de 2004

Comentários Acerca da obra "Dependência e desenvolvimento na América latina" de Fernando Henrique Cardoso & Enzo Falleto*

Diego Rocha**

O livro *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* foi escrito entre os anos de 1967 e 1968 quando os autores participavam da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. A CEPAL, naquele momento, era um dos institutos de ensino, pesquisa e assessoria que gozava de um grande prestígio internacional quando a temática se referia à América latina e teorias desenvolvimentistas na região. Este instituto polarizava os grandes debates acerca do desenvolvimento econômico, político e social no continente latino-americano. Cardoso e Falleto buscando ampliar as luzes sobre os debates em curso elaboraram o referido livro onde esmiúçam, mais sistematicamente, a questão do desenvolvimento e da dependência social.

O ensaio nasceu sem grandes pretensões. Nas palavras dos próprios autores: " o trabalho visava estabelecer um dialogo com os economistas para salientar a natureza política e social daquele processo " (CARDOSO & FALLETO, 1970. Prefácio). O que significa dizer que os autores já eram participantes ativos dos debates sobre o processo social e político latino-americano e, no momento em que se propuseram escrever o livro aqui tratado, as linhas gerais do mesmo já estavam traçadas. A intenção era debater e ampliar a discussão sobre a grande temática do momento, a questão do desenvolvimento e da dependência na América Latina, mostrando as suas especificidades históricas e estruturais, e tomando como referência alguns países do continente. O que os autores não esperavam, talvez, foi o grande sucesso de crítica e as grandes controvérsias sobre o ensaio que sucederam sua publicação e deram a eles uma visibilidade internacional.

O livro teve um impacto tão forte entre os cientistas sociais brasileiros e latino-americanos a ponto de Arruda (1995, p. 227) colocar a teoria dependência como um novo paradigma para a discussão da temática do desenvolvimento social. Segundo ela : "*Fernando Henrique Cardoso volta do Chile, embebido no clima cepalino e formula juntamente com Enzo Falleto, a chamada teoria da dependência. Emergia o novo paradigma de ampla difusão entre os cientistas sociais*" .

O impacto causado pelo livro gerou um intenso debate entre alguns intelectuais que aceitaram, contestaram ou criticaram ferozmente a teoria. Um exemplo deste debate foi o promovido pelo CEBRAP - Centro Brasileiro de Análise sobre o livro e publicado no primeiro número da revista *Ensaíos*, do Centro, tendo a figura do Professor Francisco Weffort e o próprio Fernando Henrique Cardoso como argumentadores. Mas por enquanto vamos deixar os debates de lado, e nos ater um pouco mais sobre a análise que os autores da obra fizeram sobre o processo de dependência, sobre as teorias de desenvolvimento e qual a metodologia utilizada no processo de análise.

Os autores utilizaram como pressuposto teórico-metodológico a tendência histórica estrutural, pois era a partir dela que pensavam conseguir mostrar mais claramente como se deu e vinha se fazendo esse processo de dependência nos países latino-americanos e como esse processo assume uma dinâmica própria em cada um dos países analisados. Partindo dessa análise os autores também tratam de criticar as outras teorias de desenvolvimento capitalista então existentes que procuravam abarcar os países latinos sem se afirmar em suas diferenças sócio-econômicas. Nas palavras dos autores: "*Formulando nesses termos a relação entre processo econômico, condições estruturais e situação histórica, ficam evidentes as limitações da utilização dos esquemas teóricos relativos ao desenvolvimento econômico e à formação da sociedade capitalista dos países hoje desenvolvidos para a compreensão dos países latino-americanos. Não só o momento histórico é distinto, como as condições estruturais do desenvolvimento e da sociedade tornaram-se historicamente diversas*" (CARDOSO & FALLETO, 1970. p.139). Ou seja, os autores, por um lado, afirmam suas críticas aos modelos de desenvolvimento que vigoraram até então nos estudos sobre os países latino-americanos – os modelos funcionalistas, o da teoria da modernização, bem como os etapistas incluindo o marxismo e suas tendências [1] – e, por outro, reafirma o seu modelo de análise denominado de histórico estrutural.

Sobre o modelo histórico estrutural, Koury (2002, p.38 a 46) escreve sobre esta tendência desenvolvimentista e implicitamente parece concordar que essa seja a melhor abordagem teórico-metodológica, pois não tece nenhuma crítica a ela como faz com as outras que também debate, em especial o marxismo e o funcionalismo. Críticas estas semelhantes, senão idênticas, às de Cardoso e Falleto.

No capítulo primeiro do livro, Cardoso e Falleto fazem uma análise integrada dos processos de dependência e desenvolvimento. Esse tipo de análise consiste em realizar uma investigação teórica partindo de uma junção maior entre as teorias sociais e econômicas, ou seja, abandonar os modelos puramente economicistas ou os puramente sociológicos e fazer a junção entre o econômico e o social. "*Com efeito, as análises baseadas nos esquemas econômicos de desenvolvimento somaram-se aos esforços de interpretação sociológica visando explicar a transição das sociedades tradicionais para as sociedades modernas*" (CARDOSO & FALLETO, 1970 p. 16).

Todo o conteúdo do livro é marcado pela tentativa de explicação, utilizando essa junção analítica sustentada pela tendência histórica estrutural, como já foi dito. Eles fazem uma ponte entre as sociedades modernas e as tradicionais discutindo não uma tipologia dessas sociedades, como entre os funcionalistas e os etapistas, mas estabelecendo vínculos societários, políticos e econômicos entre as diversas formações sociais e as formas de dependência e desenvolvimento social dele gestados entre cada formação social específica.

No capítulo dois o livro avalia as situações fundamentais no período de expansão para fora, além da forma como os grupos locais conseguem manter o controle do sistema produtivo e a hegemonia política, conseguindo assim se manterem no topo da hierarquia social através de formas "legítimas" de dominação e analisa também as chamadas economias de enclave. O capítulo três faz uma análise do desenvolvimento e da mudança social no momento de transição entre sociedades tradicionais e modernas nos diversos países latinos, ou seja, como as sociedades latinas passaram de economias agro-exportadoras para industriais.

No capítulo quatro a análise se debruça sobre o nacionalismo e o populismo e como essas ideologias atuam sobre os novos atores sociais que emergem a reboque da industrialização e urbanização, além de como esses fatores atuam dando uma

particularidade histórica a cada país latino. Já no último capítulo tratam os autores da internacionalização do mercado interno e dos limites estruturais do processo de industrialização nacional, e de como se deu essa abertura do mercado ao controle externo. Ou seja, como se deu o controle do sistema produtivo nacional pelos grandes monopólios internacionais e, mais particularmente, como todo esse processo caracterizou um tipo particular de dependência.

No final do livro os autores advertem enfim, que *" a natureza deste ensaio não permite que se apresentem, à guisa de conclusões mais do que algumas indicações gerais sobre os itens tratados. Não gostaríamos que as hipóteses e as interpretações provisórias que fizemos fossem transformadas sem análise de situações concretas, em afirmações categóricas"* (CARDOSO & FALLETO, 1970. p 139). Assim, vemos que eles ressaltam o caráter contextual do ensaio, tanto pelas transformações históricas como pelas particularidades sócio-estruturais dos países que estão em constante movimento.

Como já foi dito anteriormente, a análise realizada pelos autores causou um impacto muito grande entre os cientistas sociais brasileiros, e suscitou polemicas e debates acirrados. Uma das críticas a teoria da dependência foi formulada por Francisco Weffort, no debate promovido pelo CEBRAP já citado.

Weffort apresentou um trabalho onde apresenta as principais críticas a chamada teoria da dependência e mostra suas possíveis falhas teóricas. Uma de suas críticas se refere à ambigüidade teórica que a noção de dependência sofre. Para o autor, *"é possível indicar com alguma precisão o campo dos problemas que a noção se refere e estes são exatamente o das relações econômicas e políticas entre nação e classe . Pode-se dizer além disso que, buscando indicar em forma globalizante estes dois níveis de problemas, a idéia de dependência parece padecer de uma inevitável ambigüidade teórica"* (WEFFORT, 1970, p. 7).

Mais adiante especifica melhor a sua crítica, indicando que *" a imprecisão da noção de dependência em qualquer das acepções mencionadas está em que ela oscila irremediavelmente do ponto de vista teórico entre um approach nacional e um approach de classe. No primeiro, o conceito de nação impera como uma premissa de toda análise posterior das classes e relações de produção; ou seja, a atribuição de um caráter nacional (real, possível ou desejado) à economia e a estrutura de classes joga um papel decisivo na análise. No segundo, pretende-se que a dinâmica das relações de produção e das relações de classe determine, em última instância, o caráter real do problema nacional"* (WEFFORT, 1970, p.10) .

O que Weffort está querendo dizer é que a noção de dependência ora se refere à dependência externa ora a relação de dependência estrutural interno-externo e que os autores tentam explicar essa noção, de um lado, partindo da idéia (como um princípio teórico explicativo) de nação e logo depois "pulam" teoricamente para idéia de classe tentando explicar essa noção de dependência. Segundo Weffort, toda a análise sobre essa noção "oscila" entre explicar partindo da idéia de nação ou partindo da de classe. Então é a partir daí que ele pressupõe uma certa ambigüidade no conceito.

Eu não concordo com Weffort. Pra mim a noção de dependência não é ambígua pelo simples fato de ela partir pra uma análise que privilegie as especificidades históricas e estruturais das nações em questão. Pois a ambigüidade que Weffort impõe a teoria da dependência é pura e simplesmente uma percepção das contradições dos processos de desenvolvimento nacional dentro de um modo de produção particular que é o capitalismo, e que, em si, é um modo de produção excludente e que acentua as contradições a nível econômico-social. No universo

real, essas contradições no nível do concreto, implicam em dificuldades quando passam a orbe teórica, dando a impressão de que a teoria e a noção são ambíguas ou imprecisas, mas, isso é simplesmente um reflexo do que acontece no mundo real, no mundo vivido.

Cardoso responde a Weffort sobre a ambigüidade da noção de dependência. Segundo ele *"por isso insistimos em que a contradição entre as classes nas situações de dependência inclui contradições específicas entre a nação (Estado) e o imperialismo e entre os interesses locais de classes dominantes e seu caráter internacionalizante. Não se reproduz um problema no conceito, mas se constitui um conceito de dependência saturado historicamente das contradições particulares que lhes dão sentido, em sua relação com as contradições gerais (isto é, com as que derivam da expansão do sistema capitalista internacional) numa combinação determinada concreta"* (CARDOSO, 1971, pp. 33-34).

Outra crítica que Weffort dirige contra a noção de dependência, é a que os autores criticaram as teorias convencionais, principalmente os modelos europeus e americanos, mas erraram ao *"primeiro aceitar, embora de forma mais ou menos vaga, a idéia de modelo clássico europeu do desenvolvimento capitalista; segundo aceitaram que estes modelos estariam circunscritos no âmbito da nação"* (WEFFORT, 1970, p. 15). Cardoso responde a essa crítica dizendo que Weffort viu erroneamente suas posições, *"tanto a nação não foi vista como um princípio teórico explicativo que na terceira situação fundamental de dependência aludida no ensaio criticado, o traço característico é o da internacionalização"* (CARDOSO, 1971, p. 35).

As idéias apresentadas por Cardoso e Falleto possuem uma novidade metodológica que é a da aplicação de uma perspectiva histórica estrutural para as análises de dependência dos países latinos. Estabelecem, também, uma maior consistência teórica sobre a questão da dependência e desenvolvimento em relação as teorias até então em voga. E, por fim, conseguiram estabelecer sua teoria na história das ciências sociais brasileira e latino americana, com um papel renovador de crítica e propostas teórico-metodológicas, quando reafirmaram que as análises de situações de dependência só terão algum fruto partindo da análise de processos históricos estruturais concretos, ou que, em caso contrário, como vinha ocorrendo com as teorias funcionalistas e etapistas até então, a não observação dos processos formativos de sociabilidades concretas levará o pesquisador sempre a equívocos teóricos, com profundas implicações práticas. O livro de Cardoso e Falleto, desta forma, inaugura uma nova forma de pensar criticamente os processos de desenvolvimento e dependência social. Como afirmam os próprios autores, *"procurou-se mostrar, implicitamente que falar da América Latina, sem especificar dentro dela as diferenças de história e de estrutura, constitui um equívoco teórico de conseqüências práticas perigosas"* (CARDOSO & FALETTTO , 1970, Prefácio).

Bibliografia

ARRUDA, Maria Arminda N. "A sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista". In, MICELI, Sergio (org) *Historia das Ciências Sociais no Brasil* .vol 2. São Paulo, Sumaré, 1995. pp. 107 a 231.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTTO, Enzo. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 7.edição, Rio de Janeiro. LTC. 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Teoria da dependência ou análise concreta das situações de dependência". Estudos, n.1, pp.25 a 46, 1971.

KOURY, Mauro Guilherme Pinheiro. As teorias de desenvolvimento social e a América Latina. João Pessoa, Manufatura-Grem, 2002.

WEFFORT, Francisco. "Notas sobre a teoria da dependência: Teoria de classe ou ideologia nacional". Estudos, n. 1, pp. 1 a 24, 1971.

* Trabalho apresentado à disciplina Sociologia Brasileira, ministrada pelo Prof. Dr. Mauro Guilherme Pinheiro Koury, no Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, no período 2002.2.

** Aluno do Curso de Ciências Sociais da UFPB

[1] A respeito da crítica a essas duas tendências ver Cardoso, 1970a.